

Notas para pesquisas sobre imprensa e abolição da escravatura na Parahyba do Norte



<https://doi.org/10.56238/interdiinovationscrese-062>

Simone Bezerril Guedes Cardozo

Doutoranda – UFPE

RESUMO

Este trabalho visa traçar considerações sobre a imprensa abolicionista da Província da Parahyba do Norte, em meados da década de 1880. Para tanto, foram elencados alguns periódicos em circulação na

época, que levantaram o debate em prol da libertação dos escravizados. A ideia é contribuir, de forma sumária, com a historiografia que aborda o citado tema, demonstrando a existência de potenciais fontes para pesquisas voltadas à abordagem em questão.

Palavras-chave: Imprensa, Pesquisa histórica, Parahyba, Abolição.

1 INTRODUÇÃO¹

O presente artigo tem o propósito de esboçar algumas considerações sobre a imprensa abolicionista da Província da Parahyba do Norte, em meados da década de 1880. A ideia é contribuir com a historiografia que aborda o referido tema, demonstrando a existência de potenciais fontes de pesquisa. Para tanto, será traçado um quadro dos principais jornais que defenderam, em suas páginas, a abolição da escravatura, e, com isso, alimentaram o debate público ao fazerem circular noções em torno da importância e da necessidade da libertação dos escravizados para a sociedade.

É fundamental frisar, antes de tudo, que os jornais não foram criados com o intuito de se tornarem fontes futuras para os pesquisadores (Cruz; Peixoto, 2007), pois suas dinâmicas apresentam razões próprias de existir, emolduradas por aspectos socioculturais e tecnológicos, situados historicamente. Aos homens do *métier* historiográfico cabe processar a transformação desse tipo de material em documento histórico para, a partir de então, submetê-los a procedimentos metodológicos eficientes. E, nessa perspectiva, deve-se considerar a natureza dos impressos jornalísticos, sua potencialidade para reconstruir e nomear os fatos sociais, condição que os torna sujeitos ativos no meio onde se encontram inseridos, ou melhor, ingredientes do mundo que representam (Darnton, 1996).

Desse modo, não se pode eleger os impressos jornalísticos como fontes centrais de um estudo sem considerá-los objetos da própria pesquisa. É preciso ter em mente que as notícias “reconstroem os

¹ Parte das considerações esboçadas neste trabalho foram apresentadas no “II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: disputas políticas e práticas de poder”, em 2011. Nesta nova versão, o artigo passou por algumas modificações ao trazer mais dados sobre o tema tratado, problematizar melhor a imprensa como objeto de estudo e apontar novas fontes jornalísticas para pesquisa.



acontecimentos por intermédio da linguagem e são redigidas com base em formas narrativas, símbolos, estereótipos, frases feitas, metáforas e imagens, e interpeladas por constrangimentos organizacionais, pressões políticas e econômicas, entre outros (Amaral, 2003, p.71).

Isso implica dizer que os jornais devem ser analisados como um todo, ou seja, no que se refere a sua estrutura, seus títulos, à forma como organizam e distribuem as matérias, ao público que almejam, aos temas abordados, bem como às relações sociais estabelecidas por seus proprietários, pois, como bem observa Tania Regina De Luca (2005), em se tratando de periódicos, não existe nada de natural, tudo tem um sentido.

Ressalta-se que um debate mais intenso acerca do uso de jornais como fontes de pesquisa para a escrita da História começaria a dar passos relevantes a partir das últimas décadas do século XX. Contudo, no decorrer dos anos de 1970, segundo Tania Regina de Luca (2008), ainda havia uma resistência em escrever a história tendo os impressos jornalísticos como documentos centrais, por serem considerados representantes de ideologias e interesses políticos. Só aos poucos ganharia força uma consciência sobre a necessidade de se desenvolver metodologias adequadas para se lidar com a complexidade que envolve os periódicos.

2 NA TRILHA DOS IMPRESSOS PARAIBANOS

Na trilha de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2008), é impossível não interligar a história da imprensa no Brasil às transformações políticas e sociais verificadas no país, ao longo do tempo. No que diz respeito especificamente à questão aqui exposta, as autoras evidenciam a relevância da campanha abolicionista iniciada pela imprensa: “a cada linha de atuação, emancipacionista ou abolicionista, e a cada sociedade libertadora ou clube abolicionista, ensaiou-se e/ou editou-se um jornal” (Martins; De Luca, 2008, p.75).

Dos 12 jornais que datam a partir da década de 1880, existentes no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), quatro são *corpus* deste artigo, sobretudo, devido a apresentarem melhor estado de conservação e possibilidade de manuseio. São eles: *O Publicador*² (1885), *O Emancipador*³ (1883), *O Areiense*⁴ (1888) e *Arauto Parahybano*⁵ (1888).

Constatou-se nos periódicos examinados que havia uma inclinação em prol da abolição dos escravizados no Brasil. Com base em editoriais e artigos, os impressos em destaque, que tinham sede na Cidade da Parahyba, capital da província, exceto *O Areiense*, atuaram visando à formação de uma opinião pública favorável ao fim do cativeiro. A justificativa de que a escravidão era uma condição

² Um dos jornais mais longevos da Paraíba Imperial. Seu primeiro exemplar circulou em 1862, tendo sido publicado até 1886.

³ Fundado pelo padre João do Rego Moura.

⁴ Começou a circular em 1887, com sede na cidade de Areia.

⁵ Periódico abolicionista. Dezesseis exemplares deste jornal estão disponíveis no IHGP, com datas a partir de 1888. Este periódico se denominava “Litterario, Noticioso e Abolicionista”. Depois da abolição, passa a tratar de temas diversos.



que manchava a imagem do Brasil, além de ser um atraso para seu progresso, fora constantemente veiculada a partir de 1880.

Em editorial de 28 de junho de 1883, o impresso *O Emancipador*, de periodicidade semanal, ressaltou, em primeira página, que “a escravidão, estado desgraçado e aviltrante, faz a vergonha e o atraso e concorre para a corrupção dos povos que a admite”. Com essa publicação, o jornal objetivava convencer a sociedade de que o sistema escravista deveria ser eliminado no país.

Em outra edição do mesmo impresso, do dia 7 de julho de 1883, era estampada a notícia intitulada *Nova sociedade abolicionista de parahybanos*, que dava conta do crescimento do movimento abolicionista no território brasileiro. Assim, se propagava por meio do veículo: “A propaganda abolicionista caminha a cada dia, pode-se assim dizer, organizam-se novas negociações em todos os pontos do Império [...] O sentimento abolicionista nasceu no coração dos brasileiros”.

A escravidão foi uma temática presente em todo o jornal *O Emancipador*, não apenas em editoriais ou artigos como também no noticiário, que versava qualquer tipo de evento ou manifestação favorável à abolição. Como exemplo, podemos citar que, ainda na edição do dia 7 de julho de 1883, o referido impresso veiculou uma notícia sobre a realização de uma conferência acerca da abolição ocorrida na cidade de Areia, situada na região do Brejo paraibano, cujo título era *Conferência abolicionista*.

Outro periódico de caráter abolicionista que circulava na Capital paraibana era *O Publicador*. Ligado ao partido Liberal e contando com publicações diárias, tal jornal acompanhava os debates que eram travados na esfera política acerca do sistema escravista. Em editorial publicado em 24 de abril de 1885, com o título *A questão do elemento servil no Estado*, a folha denunciava a escravidão como fruto da violência e da tolerância das leis vigentes no país.

Os discursos pronunciados na câmara vitalícia oferecem ainda outra face não menos interessante. Considerando a questão de escravidão debaixo do ponto de vista histórico e filosófico, muitos senhores têm opinado que a propriedade escrava não é fundada em direito natural, mas é um [...] filho da violência e do abuso tolerado e sancionado pelas leis e pelo país (*O Publicador*, 24 de abril 1885).

Em sua publicação de 30 de abril de 1885, o citado órgão de imprensa continuava a conceder destaque, na primeira página, à questão da libertação dos escravos. Na referida edição, o jornal reproduziria, no texto nomeado *Ainda sobre o elemento servil*, o discurso do senador José Bonifácio, por meio do qual o parlamentar se colocava contra a abolição do cativo condicionada ao recurso da indenização.

Se não fosse necessário conciliar interesses de outras naturezas, ida à transformação do trabalho a paz indispensável, e a todas as classes a segurança pela transação prudente entre os elementos conservadores e progressistas, eram eles que tinham o direito de vir pedir a esta câmara a indenização de uma vida inteira que só pode trazer para as regiões de liberdade o cansaço dos anos e a reminiscência do cativo (*O Publicador*, 30 de abril de 1885).



A campanha em defesa da abolição da escravatura também se fazia presente no jornal *O Areiense*, editado na cidade de Areia, no Brejo paraibano. No editorial veiculado no dia 7 de abril de 1888, o impresso, de circulação semanal, se declarava abertamente como órgão abolicionista. Aliás, em todas as edições do citado periódico pesquisadas no IHGP, publicadas no ano em que foi declarada a Lei Áurea, podem ser verificadas, em suas páginas, matérias de cunho favorável à extinção do cativo.

Estamos solidários com os redatores de a “Verdade” no sentido da propagação das ideias livres, parte principal de nosso programa, como órgão evolucionista, que tem desde seus primeiros dias de vida se esforçado pela legitimidade dos direitos das classes menos favorecidas [...] Não podemos portanto ser indiferentes ao grande movimento que se opera na província donde somos filhos, nem tampouco negar o nosso fraco apoio à nascente empresa da “Verdade”, órgão de ingente e invencível ideia abolicionista, que está hoje geralmente aceita (*O Areiense*, 7 de abril de 1888).

É essencial salientar aqui a importância do jornal *Verdade* (1888-1895),⁶ cujo acervo encontra-se na Biblioteca Átila Almeida, situada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande, no processo de luta pela libertação dos escravizados, bem como a atuação de seu fundador em prol de tal causa, o jornalista e farmacêutico Manuel da Silva.

Dentre as folhas examinadas, a *Verdade* ganha maior notoriedade, não apenas por ter sido criada com o intuito de travar uma luta simbólica por meio das palavras impressas, em torno da abolição, mas também pela missão que tomou no embate para que a libertação dos cativos fosse acatada de fato, depois de decretada a Lei Áurea, em 1888. O jornal estampou em suas páginas denúncias de casos de ex-senhores de escravos que não admitiam a nova realidade dos recém-libertos.

Fundado em 1888, o citado impresso também se empenharia na luta pela Proclamação da República. Denominado originalmente como “Órgão abolicionista e noticioso”, passaria a se definir como “Órgão progressista e noticioso” no nascer de 1889, ou seja, no início do regime republicano.

O *Arauto Parahybano*, de circulação semanal, também se destacaria pelas publicações veiculadas, desde há muito tempo, em função do tema em foco. O acervo do citado órgão de notícia, existente no IHGP, data do ano de 1888. Para se ter uma noção de como o periódico em questão era mobilizador da causa abolicionista, uma semana após a declaração da Lei Áurea, o jornal trouxe uma edição especial sobre o acontecimento. A capa do *Arauto Parahybano* apresentava a seguinte frase, que, aliás, toma conta de toda a página: “Homenagem do Arauto Parahybano ao Brasil livre”. Logo abaixo, estava escrito: “Salve! 13 de Maio!”.

Nessa mesma edição comemorativa, o *Arauto* concluiria seu editorial expressando o sentimento de dever cumprido: “Nós, fracos soldados do abolicionismo, sentimos-nos cheios de alegrias e indizível

⁶ Impresso oriundo da cidade de Areia.



prazer ao contemplarmos o estandarte da incrementa Deusa da Liberdade [...] Sejam essas as últimas palavras sobre o abolicionismo”.

Fica evidente que os impressos analisados se posicionaram claramente a favor da abolição da escravidão. Apesar de ser impossível precisar como os conteúdos e posicionamentos acerca da libertação dos cativos foram eficazes na constituição de um ideário abolicionista na mente do público leitor, não se pode negar que tais jornais conseguiram, ao menos, introduzir os debates acerca da libertação dos escravizados em diversos setores da sociedade.

Entretanto, ressalta-se que os próprios escravizados tiveram uma importância fundamental no processo que culminou na extinção do sistema escravocrata. Autores como Sidney Chalhoub (1990), João José Reis e Eduardo Silva (1989) realizaram estudos que comprovam, através de pesquisas em fontes primárias, a dinâmica de negociação que se estabeleceu no interior do cativo, destacando como os negros desenvolviam diversas maneiras de viver, ao menos melhor, dentro daquela estrutura imperiosa, ou mesmo como buscavam, em muitas ocasiões, táticas de se livrarem das senzalas. Os referidos historiadores explicitam que a instituição da escravidão não era tão rígida que não permitisse a existência de brechas, possibilitando ao cativo criar espaços de negociação com seus senhores. Segundo os autores, as constantes pressões por parte dos escravizados, de certa forma, teriam contribuído para o fim da escravidão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais podem ser considerados, ao mesmo tempo, registros para a história e agentes ativos na configuração da própria história. Legam, desse modo, uma relevante contribuição à historiografia, devido a promoverem uma ampliação do campo temático, possibilitando o desenvolvimento de diversas abordagens, beneficiando, assim, o alargamento do conhecimento histórico. Contudo, é uma questão *sine qua non* compreender que os jornais devem ser sempre analisados à luz de seu tempo, ou seja, em historicidade, bem como ter em mente que tais suportes movimentam, em seus contextos, uma rede de relações e sentidos que incorporam e determinam seus modos de ser e atuar.



REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. *Jornalismo matéria de primeira página*. 3 ed. Rio de Janeiro – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, PUC, n. 35, p. 253-270. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em 17 de julho de 2023.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, 149-175.

LUCA, Tania. Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005, p. 111-153.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



FONTES

O Publicador, Cidade da Parahyba, 1885.

O Emancipador, Cidade da Parahyba, 1883.

O Areiense, Areia, 1888.

Arauto Parahybano. Cidade da Parahyba, 1888.

Verdade. Areia, 1888.